

CLIPPING IMPRESSO

11/06/2021



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO BRAZILIENSE	
2.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	3 - 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. ESMAM.....	5
3.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	6
3.3. VARA ESPECIAL DO IDOSO E DE REGISTROS PÚBLICOS.....	7
4. JORNAL EXTRA	
4.1. COMARCAS.....	8
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	9
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. VARA CRIMINAL.....	10 - 11
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. COMARCAS.....	12
7.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	13 - 14
7.3. VARA CRIMINAL.....	15 - 16
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. JUÍZES.....	17
8.2. VARA AGRÁRIA.....	18
8.3. VARA CRIMINAL.....	19 - 21
8.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	22

EM CAXIAS, TIMON E TERESINA

Operação combate organização criminosa



O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Gaeco do Piauí, Polícia Civil do Maranhão e Instituto de Criminalística de Timon deflagraram, na manhã desta quinta-feira, 10, a Operação Mormaço.

O objetivo da operação foi desarticular uma facção com atuação interestadual. Foram alvos pessoas físicas e jurídicas em Teresina-PI, Timon e Caxias, no Maranhão. Paralelamente e de forma articulada, as Superintendências da Polícia Federal nos dois estados realizaram a Operação Hesiódo, que tem alvos em comum com a Operação

Mormaço.

As investigações, iniciadas há cerca de um ano, mostraram que a organização criminosa tem um sistema de lavagem de dinheiro sofisticado, com a utilização de empresas para o escoamento dos valores resultantes de negócios com drogas ilícitas, armas de fogo, veículos e peças de automóveis, além de outras atividades.

Por meio de alguns investigados e de pessoas ligadas a eles, o dinheiro era aplicado em agências de veículos, arenas esportivas e aquisição de imóveis, além de outros segmentos empresariais. Essa manobra financeira tinha a clara intenção de dificultar o ras-

teamento dos valores.

Após Representação formulada pelo Gaeco maranhense, a 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luis-MA, que atua no processamento e julgamento dos crimes de organizações criminosas, determinou o sequestro de bens móveis e imóveis avaliados em aproximadamente R\$8 milhões, além de bloqueio de ativos financeiros diversos. Ainda conforme as investigações foi possível detectar movimentações de ativos dos investigados que chegaram próximo aos R\$90 milhões.

HISTÓRICO

Em meados de 2020, o Gaeco do MPMA remeteu informações à Superintendência da Polícia Federal

em Teresina, repassando a notícia de que traficantes estariam solicitando autorizações de registros de arma de fogo na capital piauiense.

A partir daí, a Superintendência Regional do Piauí desencadeou a operação Integração I, com o Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do Maranhão, em 9 de setembro do mesmo ano.

Em seguida, os dados colhidos foram compartilhados com a Superintendência da Polícia Federal maranhense, viabilizando a atividade de hoje, enquanto coube ao GAECO-MA deflagrar a operação Mormaço, atingindo em cheio o patrimônio da organização criminosa.



ESPLANADA

Relator da comissão que analisa a PEC 32 defende mudanças para servidores públicos de todos os Poderes, e não apenas do Executivo. Medida, no entanto, depende do recolhimento de assinaturas favoráveis. Oposição acusa Palácio do Planalto de falta de interesse

O tamanho da reforma “justa”

» ISRAEL MEDEIROS

A inclusão de servidores militares, do Poder Judiciário e Legislativo na reforma administrativa tem ganhado cada vez mais força na Comissão Especial que analisa a PEC 32/2020, de autoria do Executivo. Em entrevista à Rádio Câmara, ontem, o relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), apoiou publicamente a inclusão dessas categorias para a realização de uma “reforma justa”.

“Eu não tenho dúvida nenhuma de que temos que incluir todos os funcionários públicos do Brasil na reforma administrativa. Eu já disse que, pessoalmente, me sinto pouco à vontade para fazer uma reforma administrativa atingindo apenas os funcionários do Poder Executivo. Os maiores problemas com relação ao funcionalismo não estão no Executivo, estão, principalmente, no Judiciário. Então não faz nenhum sentido deixar de fora juízes, promotores, servidores da Justiça e o Poder Legislativo, que é a nossa casa”, disse o parlamentar.

Ele ressaltou que a proposta da reforma é acabar com privilégios, e, sendo assim, não há sentido em deixar os demais Poderes de fora das mudanças. “Essas distorções não podem existir,

têm que acabar. E é para isso que estamos fazendo a reforma”, complementou. Ele deu apoio a uma iniciativa do deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), que coleta assinaturas para incluir os demais poderes na reforma e também veta férias acima de 30 dias para qualquer funcionário na estrutura do Estado.

Arthur Maia disse que espera que Kataguirí consiga as 19 assinaturas que faltam para poder apresentar as emendas. O relator afirmou, no entanto, que caso seu colega de partido não obtenha as assinaturas, ele mesmo incluirá uma emenda sobre o tema. “Eu espero que ele [Kim Kataguirí] consiga as 19 assinaturas e que a gente possa caminhar no sentido de fazer uma reforma justa que inclua a todos e acabe com os privilégios. Se ele não conseguir, eu poderei, como relator, fazer essa emenda e incluir os demais poderes”.

Ao *Correio*, o deputado Kim disse que o governo não tem demonstrado apoio à reforma. “Se ele quisesse isso, teria mandado na reforma inicialmente. A desculpa de que não pode interferir nos outros poderes não existe, ele já interferiu em outros projetos, como no caso do teto de gastos”, comentou. “Todo mundo sabe que o Bolsonaro não quer fazer

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Pessoalmente, me sinto pouco à vontade para fazer uma reforma administrativa atingindo apenas os funcionários do Poder Executivo”

Arthur Maia (DEM-BA), deputado e relator da Comissão Especial sobre a reforma administrativa

reforma”, criticou o parlamentar.

Kataguirí não acredita que a falta de apoio do governo inviabilizará a aprovação da proposta, mas comenta que a reforma é um tema delicado. “É uma reforma difícil”,

afirmou. Ele também destaca que as emendas corrigem distorções no Judiciário, Ministério Público e Legislativo que o governo não teve coragem de lidar.

Empenho do governo

O presidente da Comissão, Fernando Monteiro (PP-PE), defende que todas as propostas de emendas sejam analisadas pela comissão, “inclusive a que inclui militares, do Judiciário e Legislativo”. Ele discorda, no entanto, que o governo não esteja empenhado pela aprovação da reforma.

“O governo está empenhado na aprovação da PEC 32/20. Sou testemunha disso. Conversei com o ministro Paulo Guedes, e ele demonstrou todo o interesse em ver a reforma aprovada para o bem do país. O presidente da Câmara, Arthur Lira, também está empenhadíssimo na aprovação da PEC, como disse aos líderes partidários, a mim e ao relator Arthur Maia”.

Monteiro disse, ainda, que espera que a comissão possa aprovar o parecer do relator dentro do prazo regimental de 40 sessões. “Faremos a mais ampla discussão, respeitando os prazos regimentais para levar ao plenário para a deliberação”.

Ana Volpe/Agência Senado



Esplanada dos Ministérios: comissão tem prazo regimental de 40 sessões para aprovar modelo que elimine ou atenuar distorções do funcionalismo

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Concorrência nº 02/2021 Processo nº 35141/2018		
Objeto: Construção do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá; Base legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006 e suas respectivas alterações; Abertura: 16/07/2021, às 10:00 horas; Local: Pleninho do Tribunal de Justiça, localizado na Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, São Luís/MA; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br; Fone: (98) 3261-6181. Atendimento Presencial: 08:00 às 13:00, conforme Portarias-Conjuntas nos 34/2020 e 319/2021 (Covid-19). São Luís/MA, 10 de Junho de 2021. Kátia Araujo Gonçalves - Membro CPL-TJMA.		



Live contra violência

Para marcar o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho, o Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão promoverá live com a coordenadora de Promoção da Política da Pessoa Idosa da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, Deborah Lopes, sob a mediação da juíza titular da Vara do Idoso de São Luís, Lorena Brandão.



Live contra violência

Para marcar o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho, o Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão promoverá live com a coordenadora de Promoção da Política da Pessoa Idosa da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, Deborah Lopes, sob a mediação da juíza titular da Vara do Idoso de São Luís, Lorena Brandão.

Assassinos dos pais do deputado Cleber Verde **são condenados**

DUPLO LATROCÍNIO ACONTECEU EM JULHO DE 2020. IDOSOS FORAM MORTOS A TIROS E FACADAS

O Poder Judiciário de Turiaçu julgou a ação penal do crime de roubo e assassinato (latrocínio) do casal Jesuíno Cordeiro Mendes e Maria da Graça Cordeiro Mendes – pais do deputado federal Cléber Verde, crime praticado em 14 de julho de 2020, na residência das vítimas, na zona rural do município.

O juiz Gabriel Almeida de Caldas, titular da comarca, decidiu, conforme os atos praticados por cada um dos envolvidos no crime, pela condenação do ajudante de pedreiro Daniel Paiva a 66 anos, dois meses e 14 dias de reclusão; do pescador Eliselson Cardoso Paiva ("Beijo") a 41 anos, seis meses e 20 dias de reclusão e do lavrador Jeferson Silva da Costa ("Nhonhongo") a 41 anos, seis meses e 20 dias de



OS PAIS DO DEPUTADO CLEBER VERDE FORAM BRUTALMENTE ASSASSINADOS NA FAZENDA EM QUE MORAVAM

reclusão.

O acusado José Fernando Ferreira Nascimento ("Elétrico"), que deu carona a um dos acusados até um local próximo da fazenda, foi absolvido

por falta de provas de seu conhecimento e participação no crime, conforme parecer do Ministério Público. Já Fábio da Conceição Cardoso ("Fabinho") apontado como o mandante, foi morto "em

confronto com a polícia", segundo os autos.

O CRIME

O crime aconteceu no dia 14 de julho de 2020, às 14h, na fazenda no Povoado Limão, zona rural do Município de Turiaçu, quando os acusados roubaram dois revólveres, três espingardas, um relógio, uma pulseira, dois celulares e R\$ 4.000 e mataram os dois idosos, com o uso de arma e punhal.

Em outro processo, mais três pessoas foram envolvidas no crime: um suposto menor, que ficou na função de vigia no local do crime e outros dois com menoridade comprovada, que aguardavam em uma canoa no rio que passa na fazenda, onde receberam os objetos roubados no crime.

Judiciário realiza entrega de mais de 60 toneladas de material reciclável a cooperativa

O desembargador Jorge Rachid enfatizou a importância da consciência ambiental de todos.

O Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Corregedoria Geral da Justiça e do Fórum Des. Sarney Costa, fez o descarte consciente de cerca de 80 mil processos, resultando em 64 toneladas de material entregues à Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL). A solenidade, realizada de forma simbólica, aconteceu na manhã desta quinta-feira (10), na sede da Divisão de Gestão e Controle Documental da CGJ-MA, no Parque Pindorama, e contou com a participação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf (presidente do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça), da juíza Andréa Perlmutter Lago, diretora do Fórum Sarney Costa, do juiz auxiliar Márcio Brandão, dentre outros.

De acordo com Maria José Castro, diretora administrativa da COOPRESL, esse mate-



rial entregue pelo Judiciário beneficiará muitas pessoas. "Além do benefício para o meio ambiente, esse material que recolhemos sempre aqui, em virtude do termo de cooperação que assinamos, em 2016, com o Tribunal de Justiça, vem para ajudar diretamente 26 famílias. Agradecemos aos órgãos que se sensibilizam com o nosso

papel e que colaboram, de forma significativa, para o sustento de tantas pessoas", afirmou ela, ressaltando que o material reciclado retorna para a sociedade em forma de papel toalha, papel higiênico e até bolsas.

O presidente da cooperativa, Sebastião Lemos, destacou que tudo que é arrecadado com o material re-

colhido é dividido em partes iguais entre os cooperados: "Realizamos, a cada mês, o apanhado do que foi reciclado e dividimos para todos, igualmente. Começamos devagar, em meados de 2003, com poucos cooperados e agora estamos com uma estrutura satisfatória, ajudando famílias que dependem da reciclagem".

MARANHÃO

PF desarticula grupo que "lavava dinheiro"

A investigação faz parte de inquérito para investigar grupos criminosos com envolvimento em roubos contra instituições financeiras e a transportadoras de cargas

A Polícia Federal no Maranhão deflagrou na manhã de ontem, quinta-feira (10), a Operação Hesíodo, com o objetivo de desarticular facção criminosa com ramificação em vários estados da federação, inclusive no estado do Maranhão, responsável por tráfico de armas, drogas, crimes violentos e lavagem de dinheiro.

A investigação faz parte do desdobramento de um inquérito policial instaurado inicialmente para investigar grupos criminosos com envolvimento em roubos contra instituições financeiras e a transportadoras de cargas no interior maranhense.

Durante o transcorrer das investigações, revelou-se de forma incisiva a existência, em algumas regiões do interior do Maranhão, de pessoas ligadas a facção criminosa com atuação em âmbito nacional, sendo angariados indícios para acreditar que os investigados possam estar integrados àquela facção criminosa, ou, ao menos, estar auxiliando em suas atividades ilícitas, especificamente dentro de células criminosas atuantes em determinadas cidades como Caxias e Timon.

Os investigados teriam tarefas bem definidas dentro do grupo criminoso, alguns com a incumbência de serem o braço armado do grupo, realizando cobranças de dívidas, outros por realizarem a venda de drogas e armas e alguns por serem operadores financeiros para lavagem de dinheiro.

A Polícia Federal representou judicialmente perante o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, especializada em crimes praticados por organizações criminosas, tendo sido deferidos 24 mandados de busca e



OPERAÇÃO DA PF INVESTIGA VÁRIOS CRIMES, INCLUSIVE LAVAGEM DE DINHEIRO

apreensão, 14 mandados de prisão temporária, além de constrição patrimonial. Os mandados estão sendo cumpridos nas cidades de Caxias, Timon e Teresina.

Para cumprimento das medidas cautelares foram empregados 102 Policiais Federais, com apoio da Polícia Civil de São Luís, que trouxe cães farejadores, além dos grupos táticos do Comando de Operações Táticas – COT e apoio aéreo do Comando de Aviação

Operacional – CAOP, grupos esses especializados em operações de alto risco.

Os envolvidos, caso condenados, podem responder em tese pela prática de crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo, tipificados, respectivamente, nos arts. 2º da Lei 12.850/13, art. 1º da Lei 9.613/96, art. 33, “caput” da Lei 11.343/06 e art. 12 da Lei 10.826/03.

Gaeco também desarticula facção interestadual



O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Gaeco do Piauí, Polícia Civil do Maranhão e Instituto de Criminalística de Timon também deflagraram, na manhã de ontem, a Operação Mormaço.

O objetivo da operação foi desarticular uma facção com atuação interestadual. Foram alvos pessoas físicas e jurídicas em Teresina-PI, Timon e Caxias, no Maranhão. Paralelamente e de forma articulada, as Superintendências da Polícia Federal nos dois estados realizaram a Operação Hesíodo, que tem alvos em comum com a Operação Mormaço.

As investigações, iniciadas há cerca de um ano, mostraram que a organização criminosa tem um sistema de lavagem de dinheiro sofisticado, com a utilização de empresas para o escoamento dos valores resultantes de negócios com drogas ilícitas, armas de fogo, veículos e peças de automóveis, além de outras atividades.

Por meio de alguns investigados e de pessoas ligadas a eles, o dinheiro

era aplicado em agências de veículos, arenas esportivas e aquisição de imóveis, além de outros segmentos empresariais. Essa manobra financeira tinha a clara intenção de dificultar o rastreamento dos valores.



Após Representação formulada pelo Gaeco maranhense, a 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís-MA, que atua no processamento e julgamento dos crimes de organizações criminosas, determinou o sequestro de bens móveis e imóveis avaliados em aproximadamente R\$8 milhões,

além de bloqueio de ativos financeiros diversos. Ainda conforme as investigações foi possível detectar movimentações de ativos dos investigados que chegaram próximo aos R\$90 milhões.

Histórico

Em meados de 2020, o Gaeco do MPMA remeteu informações à Superintendência da Polícia Federal em Teresina, repassando a notícia de que traficantes estariam solicitando autorizações de registros de arma de fogo na capital piauiense.

A partir daí, a Superintendência Regional do Piauí desencadeou a operação Integração I, com o Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do Maranhão, em 9 de setembro do mesmo ano.

Em seguida, os dados colhidos foram compartilhados com a Superintendência da Polícia Federal maranhense, viabilizando a atividade de hoje, enquanto coube ao GAECO-MA deflagrar a operação Mormaço, atingindo em cheio o patrimônio da organização criminosa.

Acusados do latrocínio contra os pais do deputado Cleber Verde são condenados a mais de 140 anos

Julgamento pelo Tribunal do Júri em Turiaçu aconteceu em dois dias

Os acusados de cometer crime de latrocínio, roubo seguido de morte, do casal de idosos Jesuíno Cordeiro Mendes e Maria da Graça Cordeiro Mendes, pais do deputado federal Cléber Verde, foram condenados pela Justiça do Maranhão. A decisão foi do Poder Judiciário de Turiaçu. O crime aconteceu em 14 de julho de 2020, na fazenda do Povoado Limão.

O ajudante de pedreiro Daniel Paiva foi condenado a 66 anos e 14 dias de reclusão. Já o pescador Eliselson Cardoso Paiva foi condenado a 41 anos, seis meses e 20 dias de reclusão. O lavrador Jeferson Silva da Costa foi condenado a mais de 41 anos. Quanto ao mandante do crime, Flávio da Conceição Cardoso, foi morto em confronto com a polí-



Pais do deputado Cleber Verde foram vítimas de latrocínio

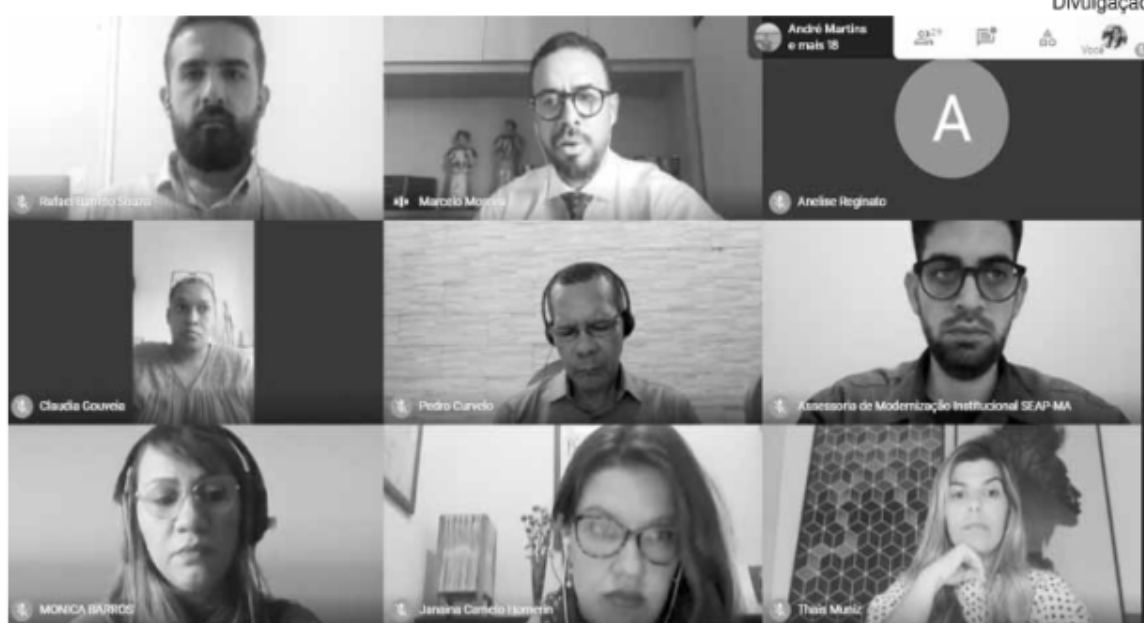
cia. Já o suspeito José Fernando Ferreira Nascimento foi absolvido por falta de provas.

Os julgamentos acontece-

ram quarta e quinta-feira no Fórum de Turiaçu, onde o Tribunal do Júri se reuniu. *(Por Dema de Oliveira).*

UMF, CNJ e órgãos discutem controle da superlotação carcerária

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), coordenada pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, realizou um encontro virtual com representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Defensoria Pública Estadual, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria de Administração Penitenciária e varas criminais, para tratar do controle da superpopulação car-



Reunião virtual entre instituições discutiu assuntos relativos ao sistema prisional

cerária no Estado e do papel do CIAPIS, no último dia 2.

Participaram da reunião o juiz coordenador da UMF, Marcelo Moreira; o coordenador do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça – CNJ, Rafael Barreto de Souza; o Promotor de Justiça e Presidente do Conselho Penitenciário, Pedro Lino Curvelo; o Defensor Público Bruno Dixon de Almeida Maciel, Coordenador do Núcleo de Execução Penal; o Secretário Adjunto de Administração, Logística e Inovação Penitenciária-SEAP, Francisco Gomes Baradas; o representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Jorge Serejo; a advogada Iara Cavalcante, da Secretaria da Comissão de Política Penitenciária, representante da OAB/Seccional Maranhão; o presidente do Conselho da Comunidade de São Luís, Gerson Leles, entre outros.

O coordenador do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça – CNJ, Rafael Barreto de Souza, explicou que o programa Fazendo Justiça envolve quatro Eixos Temáticos: Proporcionalidade Penal (1); Socioeducativo (2); Intramuros, Sistema Prisional e a pauta dos egressos (3); e o Eixo 4, que diz respeito aos aspectos de Tecnologia e Desenvolvimento. O Eixo 1 – Proporcionalidade Penal – desenvolve quatro grandes ações: Alternativas Penais; Qualificação de Audiência de Custódia; o fomento da Justiça Restaurativa e o Controle de Superlotação Carcerária.

A respeito do Controle da Superpopulação Carcerária, o Coordenador Rafael Barreto de Souza citou a proposta do Ministro Luiz Fux quanto a uma implementação efetiva do conceito de Central de Vagas, em que a capacidade máxima de um estabelecimento não pode ser ultrapassada. Destacou a relevância de se criar mecanismos e ferramentas para que o Poder Judiciário tenha protagonismo na regulação das políticas penais e efetiva implementação de sistema de equilíbrio de ocupação. Ele informou o desenvolvimento do Manual para Implementação de uma Central de Regulação de Vagas Prisionais, a ser lançado no mês próximo de julho, que aborda metodologia que envolve temas sobre a definição do con-

ceito de vaga prisional.

Apontou um sistema que propicia informações ao magistrado em tempo real sobre a quantidade de vagas e a ocupação efetiva dessas vagas; a superlotação e a designação de unidades para cumprimento de penas ou prisão provisória, para que sejam elementos a serem considerados na condição judicial; e o uso de lista de espera como ferramenta importante no que diz respeito à regulação da porta de entrada do sistema prisional, referente à Central da Audiência de Custódia.

Sobre a regulação de vagas prisionais das pessoas que estão saindo, citou a Súmula Vinculante 56 da Suprema Corte, que estabelece o conceito da saída antecipada diante da ausência de vagas, notadamente dos regimes semiaberto e aberto, informando que há uma análise sobre as ferramentas dessa saída e substituição por medidas diversas da prisão nessa circunstância. Ele citou também ferramentas que auxiliam no controle da superlotação, a exemplo dos mutirões carcerários; a realização de audiências nas unidades prisionais; a revisão periódica dos processos de prisão imposta; e monitoração eletrônica. Diante da previsão de realizar atividade de apoio e a implementação de projetos-pilotos nos tribunais, ressaltou que tem o Estado do Maranhão como potencial Tribunal parceiro no desenvolvimento de projetos nessa natureza.

O coordenador substituto da UMF, juiz Marcelo Silva Moreira destacou que o principal problema do sistema prisional atualmente está relacionado à questão da superpopulação carcerária. “O Maranhão não está de mãos atadas, e dentro das limitações, tem atuado em rede com diversos atores e tem conseguido avançar”, frisou, citando a expedição da Portaria nº1054/2021 - que instituiu um comitê para controle da superpopulação carcerária com atuação de diversos setores; e parceria com a SEAP quanto ao compartilhamento de informações, em tempo real, relacionadas à lotação de unidades prisionais do Estado, entre outras medidas.

O Promotor de Justiça Pedro Lino Curvelo, Presidente do Conselho Penitenciário

pontuou o avanço das políticas implementadas no Brasil no que se refere à contenção das mortes violentas, das fugas e da destruição do patrimônio público. “Contudo, há o problema da superlotação carcerária, principalmente no que diz respeito às prisões provisórias”, apontando tratativas na reunião do Conselho Penitenciário relacionadas a um levantamento dentro das unidades prisionais de todos os presos provisórios quanto a data das prisões e de entrada deles na unidade prisional, para que se obtenha um ranking das unidades prisionais.

O representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Jorge Serejo, apresentou questionamentos referentes a dados numéricos com base no portal do TJMA, apontando no mês de fevereiro o número de 2.422 presos provisórios com mais de 100 dias e a segunda extração, referente ao mês de maio, o quantitativo de 1.890 presos provisórios.

O juiz Marcelo Silva Moreira afirmou os bons resultados quanto à redução dos números de presos provisórios em virtude de um trabalho sistematizado da Unidade de Monitoramento e Fiscalização e dos juízes, diante da necessidade de reavaliação das prisões provisórias. “O papel da Unidade de Monitoramento e Fiscalização é de orientar, encaminhar informações e acompanhar a atuação dos magistrados”, explicou.

CIAPIS

A Supervisora de Reintegração Social-SEAP, Mônica Maria de Farias Barros fez uma apresentação sobre a Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS) de São Luís, que foi criada a partir da delegação da 2ª Vara de Execução Penal à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, com um projeto conveniado ao DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional).

Os trabalhos desenvolvidos são em prol da gestão prisional, atendendo a necessidade de atendimento a demanda da pessoa egressa e cumpridora de alternativas penais, reunindo em um único local os serviços para a pessoa egressa e

a cumpridora de alternativas penais.

Os principais serviços oferecidos são Acolhimento (orientações individuais), Encaminhamentos (rede parceira, “Começar de Novo” – UMF TJ-MA), Inclusão em demandas sociais, Serviço de Apoio ao Emprego (SAE), Acompanhamento do cumprimento de medidas, Promoção de cursos de qualificação e profissionalização, Visitas domiciliares, Grupo de inicialização, Grupos de finalização, Grupos temáticos reflexivos, Oficinas de Fim de Semana e Suporte psicossocial em Audiências Admonitórias e de Justificação. “Em uma única central funcionam a Supervisão de Reintegração Social, a Supervisão de Monitoração Eletrônica e a Segunda Vara de Execução Penal, com o objetivo de ser vista pelos beneficiários dos serviços como um local de acolhimento e não como extensão da pena, obtendo auxílio do Poder Executivo de forma digna”, pontuou.

Também participaram da reunião o Promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal; Mônica Barros, Supervisora de Reintegração Social-SEAP; Sarah Valery Mano Queiroz, representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; Anelise Nogueira Reginato, Juíza de Direito da 1ª Vara de Coroatá; Carlos Alberto Matos Brito, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Pinheiro; André Bezerra Martins, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Açailândia; Mazurkiewicz Saraiva de Sousa Cruz, Juiz de Direito da Vara Única de Carolina; Mário Henrique Mesquita Reis, Juiz de Direito da VEP de Imperatriz; Izabela Lacerda Pimenta, Assessora Técnica do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça – CNJ; Janaína Camelo Homerin, Assessora Técnica do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça – CNJ; Cláudia Gouveia, Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça-CNJ; Maressa Preença, Consultora Estadual de Audiência de Custódia – CNJ; Thais Muniz, Coordenadora-Executiva da UMF; e Luciana Braga, Chefe da Divisão de Assistência Jurídica da UMF. *(Agência de Notícias do TJMA)*

Gaeco-MA realiza operação contra lavagem de dinheiro de facção criminosa interestadual

Divulgação/MP/MA



Polícia Civil e Gaeco durante a operação 'Mormaço' nesta quinta-feira

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão deflagrou na manhã desta quinta-feira (10) a operação 'Mormaço', que cumpriu mandados em revendedoras de veículos e

sucatas localizadas em Teresina e cidades do Maranhão, que seriam utilizadas para lavagem de dinheiro de facção criminosa interestadual. A ação aconteceu em parceria com o Gaeco do Piauí e da Polícia Civil do Maranhão e teve como al-

vos pessoas físicas e empresas localizadas em Teresina, Timon e Caxias, no Maranhão.

A operação aconteceu paralelamente e forma articulada com a operação 'Hesíodo', que foi deflagrada pela Polícia Federal também na manhã desta quinta-feira, e que cumpriu mandados contra suspeitos de integrar o mesmo grupo criminoso.

As investigações, iniciadas há cerca de um ano, mostraram que a organização criminosa tem um sistema de lavagem de dinheiro sofisticado, com a utilização de empresas para o escoamento dos valores resultantes de negócios com drogas ilícitas, armas de fogo, veículos e peças de automóveis, além de outras atividades. Ainda conforme as investigações foi possível detectar movimen-

tações de ativos dos investigados que chegaram próximo aos R\$ 90 milhões.

Ainda de acordo com as investigações, por meio de alguns investigados e de pessoas ligadas a eles, o dinheiro era aplicado em agências de veículos, arenas esportivas e aquisição de imóveis, além de outros segmentos empresariais. Essa manobra financeira tinha a clara intenção de dificultar o rastreamento dos valores.

“Após Representação formulada pelo Gaeco maranhense, a 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luis, que atua no processamento e julgamento dos crimes de organizações criminosas, determinou o sequestro de bens móveis e imóveis avaliados em aproximadamente R\$ 8 milhões, além de bloqueio de ativos financeiros diversos”, informou o Ministério Público do Maranhão.

Histórico

Em meados de 2020, o Gaeco do Ministério Público do Maranhão remeteu informações à Superintendência da Polícia Federal em Teresina, repassando a notícia de que traficantes estariam solicitando autorizações de registros de arma de fogo na capital piauiense. Após o recebimento da informação, a Superintendência Regional da PF no Piauí desencadeou, no último mês de setembro, a operação Integração I.

Em seguida, os dados colhidos foram compartilhados com a Superintendência da Polícia Federal maranhense, viabilizando a atividade desta quinta-feira (10), enquanto coube ao GAECO-MA deflagrar a operação Mormaço, atingindo em cheio o patrimônio da organização criminosa. *(Por MPMA).*

Abraço do Dia

O nosso abraço desta sexta-feira vai para Manuella Viana dos Santos Faria Ribeiro, que foi empossada como juíza auxiliar na Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final. Ela foi promovida da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa de entrância intermediária, pelo critério de antiguidade.

Juíza Luzia Neponucena é a titular da primeira Vária Agrária

A juíza Luzia Madeiro Neponucena é a titular da nova Vara Agrária da Comarca da Ilha de São Luís. A recém instalada unidade, que funciona no Fórum Des. Sarney Costa, na Capital, tem competência em todo o Estado do Maranhão, para dirimir conflitos fundiários que envolvam litígios coletivos, conforme a Lei Complementar nº 220/2019.

A magistrada entrou em exercício na última terça-feira (9), perante a diretora do Fórum de São Luís, juíza Andréa Furtado Perlmutter Lago, em cerimônia na Diretoria do órgão, no bairro do Calhau. “A Vara Agrária está à disposição para a resolução dos problemas de ilegalidade da posse e propriedade da terra no Maranhão e para decidir os conflitos coletivos fundiários urbanos e rurais”, afirmou Luzia Neponucena.

Titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, a juíza foi removida, pelo critério de antiguidade, para a Vara Agrária. Luzia Neponucena ingressou na magistratura em 1991, atuando na Comarca de Cândido Mendes (1ª entrância). Foi promovida, por antiguidade, para o cargo de Juíza de Direito Auxiliar de 4ª entrância, em 2003, sendo titularizada na 1ª Vara da Fazenda, em 2007.

A Vara Agrária está recebendo processos novos e também os redistribuídos de outras unidades judiciais, da capital e do interior. Aqueles que já tinham instruções concluídas ou encerradas permanecem nas comarcas de origem até o julgamento final e cumprimento de sentença. Todos os processos que tramitarem na nova unidade serão exclusivamente eletrônicos (PJe). Os autos dos processos judiciais que ainda tramitem em suporte físico deverão ser digitalizados e virtualizados no sistema PJe, antes de serem redistribuídos.

A Vara Agrária atende pelo telefone (98) 3194-6976 (fixo e WhatsApp Business), pelo e-mail varaagraria_slz@tjma.jus.br e pelo Balcão Virtual <https://vc.tjma.jus.br/bvvaraagrariaslz> (senha: balcao1234), de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

OPERAÇÕES “HESÍODO” E “MORMAÇO”

POLÍCIA FEDERAL E MPMA COMBATEM FACÇÃO CRIMINOSA NO MARANHÃO E PIAUÍ

Ações foram desencadeadas pelo Ministério Público do Maranhão e Polícia Federal, com apoio de outros órgãos maranhenses e piauienses



Segundo investigações do Gaeco, do Ministério Público do Maranhão, organização criminosa usava lojas de automóveis para lavagem de dinheiro

Nessa quinta-feira (10), a Polícia Federal e o Ministério Público do Maranhão (MPMA) deflagraram, respectivamente, as operações “Hesíodo” e “Mormaço”, com o objetivo de desarticular uma facção criminosa, sediada no município de Caxias, com atuação em outras cidades do Maranhão, além de Pará e Piauí; e, ramificação na fronteira entre Brasil e Bolívia. As duas operações, desencadeadas de forma simultânea, tiveram alvos em comum, que seriam responsáveis por tráfico de armas, drogas, crimes violentos e lavagem de dinheiro. Houve mandados de prisão cumpridos em Caxias e Timon, no Maranhão; e Teresina, no Piauí.

PÁG.5

“Hesíodo” e “Mormaço” Operações simultâneas combatem organização criminosa no Maranhão e Piauí

Ações foram desencadeadas pelo Ministério Público do Maranhão e Polícia Federal, com apoio de outros órgãos maranhenses e piauienses

FOTOS: DIVULGAÇÃO

LUCIENE VIEIRA

Nessa quinta-feira (10), a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público do Maranhão (MPMA) deflagraram, respectivamente, as operações “Hesíodo” e “Mormaço”, com o objetivo de desarticular uma facção criminosa, sediada no município de Caxias, com atuação em outras cidades do Maranhão, além de Pará e Piauí; e, ramificação na fronteira entre Brasil e Bolívia. As duas operações, desencadeadas de forma simultânea, tiveram alvos em comum, que seriam responsáveis por tráfico de armas, drogas, crimes violentos e lavagem de dinheiro. Houve mandados de prisão cumpridos em Caxias e Timon, no Maranhão; e Teresina, no Piauí.

De acordo com o superintendente regional da PF/MA, delegado Renato Madsen, o foco da organização criminosa era o tráfico de drogas. “Porém, o grupo também se envolveu com lavagem de dinheiro, além de outros



Policiais federais percorreram ruas e avenidas de Caxias, Timon e Teresina, para dar cumprimento aos mandados de prisão, busca e apreensão

crimes, como homicídio, furto, roubo e agiotagem”, destacou Madsen.

Renato Madsen revelou que foram realizadas 14 prisões temporárias e cumpridos 24 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, especializada em crimes praticados por organizações criminosas.

Segundo o delegado Ronildo Lages, chefe do Departamento da Polícia Federal de Caxias, na casa de um dos suspeitos havia uma máquina profissional de contagem de cédulas. “Também apreendemos armas brancas e três pistolas”, informou Ronildo Lages.

A PF informou ainda que os investigados tinham tarefas bem definidas dentro do grupo criminoso, alguns com a incumbência de serem o braço armado do grupo, realizando cobranças de dívidas; outros por realizarem a venda de drogas e armas, e alguns por serem operadores financeiros para lavagem de dinheiro.

LAVAGEM DE DINHEIRO

Segundo informações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Maranhão, a 1ª Vara Criminal também teria determinado o sequestro de bens móveis e imóveis, pertencentes aos membros da organização criminoso, avaliados em aproximadamente R\$ 8 milhões; além do bloqueio de ativos financeiros diversos.

O Gaeco comunicou que as investigações foram iniciadas há cerca de um ano, e que elas comprovaram que a organização criminoso tinha um sistema de lavagem de dinheiro sofisticado, com a utilização de empresas para o escoamento dos valores resultantes de negócios com drogas ilícitas, armas de fogo, veículos e peças de automóveis, além de outras atividades. Ainda conforme o Gaeco, o dinheiro da organização criminoso era aplicado em agências de veículos, arenas esportivas e aquisição de imóveis,



Segundo investigações do Gaeco, do Ministério Público do Maranhão, organização criminoso usava lojas de automóveis para lavagem de dinheiro

além de outros segmentos empresariais. Essa manobra financeira teria, conforme o MPMA, a clara intenção de dificultar o rastreamento dos valores. Ainda de acordo com as investigações, foi possível detectar movimentações de ativos dos investigados que chegaram próximo aos R\$90 milhões. A operação “Mormaço” resultou na prisão de cinco pessoas, sendo duas prisões em flagrante e três preventivas. Além disso, a operação, realizada em 28 endereços, apreendeu drogas, armas de fogo, veículos de luxo, documentos falsos, dinheiro e muitos equipamentos eletrônicos. Todo o material apreendido será avaliado pelo Gaeco. Os envolvidos, caso condenados, podem responder em tese pela prática de crimes de organização criminoso, lavagem de dinheiro,

tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo.

EFETIVO DAS DUAS OPERAÇÕES

Para cumprimento das medidas cautelares, pela operação “Hesíodo”, foram empregados 102 policiais federais, com apoio da Polícia Civil de São Luís, cães farejadores, além dos grupos táticos do Comando de Operações Táticas (COT) e apoio aéreo do Comando de Aviação Operacional (Caop), grupos esses especializados em operações de alto risco.

Já a operação “Mormaço” contou com a participação do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Maranhão; em parceria com o Gaeco do Piauí, Polícia Civil do Maranhão e Instituto de Criminalística de Timon.

HISTÓRICO

Em meados de 2020, o Gaeco do MPMA remeteu informações à Superintendência da Polícia Federal em Teresina, repassando a notícia de que traficantes estariam solicitando autorizações para registros de arma de fogo, na capital piauiense.

A partir daí, a Superintendência Regional do Piauí desencadeou a operação Integração I, com o Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do Maranhão, em 9 de setembro do mesmo ano.

Em seguida, os dados colhidos foram compartilhados com a Superintendência da Polícia Federal maranhense, viabilizando a atividade de hoje, enquanto coube ao Gaeco-MA deflagrar a operação “Mormaço”, atingindo em cheio o patrimônio da organização criminoso

DPE ingressa na Justiça para que companhia aérea faça o transporte de radiofármacos de SP para o Maranhão

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) ajuizou Ação Civil Pública contra a Latam Cargo Brasil para que a companhia aérea seja obrigada a continuar a transportar radiofármacos (Gálio67, Iodo131 e Tecnécio99m) que são produzidos no Sudeste para São Luís, no Maranhão. Com a interrupção no traslado diário dos insumos, pacientes oncológicos têm enfrentado a demora no agendamento de seus tratamentos ou mesmo a suspensão do serviço de Medicina Nuclear no ambiente do Hospital AldenoraBello. Ainda no mês de maio deste ano, o núcleo especializado na Defesa da Saúde da DPE/MA recebeu denúncias de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que realizam tratamento oncológico e exames com radiofármacos, em São Luís, reclamando dos transtornos enfrentados no Hospital AldenoraBello. Ao entrar em contato com a Fundação Antonio Jorge Dino e a Clínica de Endocrinologia e

Medicina Nuclear do Maranhão, responsáveis pela compra e aplicação dos insumos, a Defensoria Pública foi informada que a companhia aérea Latam resolveu, por decisão unilateral, suspender o transporte dessas substâncias. A Latam comunicou a clínica, em dezembro de 2020, que, a partir de 15 de março de 2021, iria suspender o transporte dos insumos radioativos e não informou motivos. Tendo em vista que nenhum dos insumos é produzido na região Nordeste e a interrupção do serviço de transporte e a consequente suspensão do serviço de tratamento e diagnóstico podem provocar prejuízos graves a centenas de pessoas, a Defensoria Pública ingressou na Justiça. A ação, ajuizada pelo Núcleo de Defesa da Saúde, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, é assinada pelo defensor público Cosmo Sobral da Silva. O pedido foi remetido à Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca

da Ilha de São Luís. No pedido, a Defensoria requer que a companhia aérea continue a transportar e não interrompa o transporte dos radiofármacos (Gálio 67, Iodo 131 e Tecnécio 99m), diretamente dos centros produtores localizados na região Sudeste até a cidade de São Luís, notadamente os radiofármacos utilizados pela Clínica de Endocrinologia, Diabetes e Medicina Nuclear do Maranhão Ltda / Hospital AldenoraBello, atualmente única prestadora de serviços assistenciais para pacientes do SUS nesta capital, até o julgamento de mérito da ação, sob pena de multa diária de trinta mil reais. De acordo com o defensor Cosmo Sobral, a suspensão nos serviços representa uma evidente violação do direito fundamental à saúde. No dia 18 de maio, existia uma lista de 45 pacientes do SUS aguardando o início ou retomada do tratamento oncológico por meio de aplicação de radiofármacos por especialistas

na capital. “Uma interrupção no transporte dos prejudica não só os pacientes de São Luís, mas também as pessoas de cidades do interior que vêm à capital realizar essas terapias. Além disso, deve-se destacar os inúmeros prejuízos com o atraso no diagnóstico do câncer e no próprio tratamento precoce da doença”, destacou Cosmo Sobral. Os radiofármacos são medicamentos administrados, em sua maioria, por via intravenosa e utilizados em Medicina Nuclear para fins de diagnóstico e/ou terapia de doenças. O Iodo 131 é utilizado em tratamento de cânceres de tireóide e hipertireoidismo; o Tecnécio 99m, em diagnóstico de doença arterial coronariana, demências, epilepsias e distúrbios de função e obstrução renais; e o Gálio 67, em exames diagnósticos e de estadiamento de diversos tipos de cânceres nos adultos e, principalmente, em crianças.